

Helenização do Egito: considerações iniciais por uma perspectiva história: o caso de Alexandria e a cultura material numismática

Resumo

Embora os gregos já estivessem presentes no Egito antes de Alexandre, foi somente com suas conquistas e com seus sucessores após sua morte que houve uma efetiva presença grega em termos de geopolítica, força militar e dominação. Uma das expressões desta dominação ocorreu em 331 aEC, quando uma cidade no Delta do Nilo foi fundada em homenagem a ele, Alexandria. Esta cidade se tornou um símbolo do Helenismo e da Helenização no Egito. Nesta dinâmica de interação/dominação, a cultura material provou ser uma grande fonte de informação que havia sido negligenciada por muito tempo, em detrimento da documentação textual. Neste artigo, eu destaco a cunhagem e como as moedas foram usadas para além de seu valor econômico, já que em seus traços monetários contém propaganda e simbolismos, uma linguagem figurativa – como documentos que podem informar sobre diferentes aspectos de uma sociedade, sejam estes políticos ou governamentais, jurídicos, religiosos, simbólicos e estéticos.

Palavras-Chave: helenização, Egito, Alexandria, interações, numismática.

Abstract

Although the Greeks were already present in Egypt before Alexander, it was only with his conquests and with his successors after his death that there was an effective Greek presence in terms of geopolitics, military force and domination. One of the expressions of this domination took place in 331 BCE, when a city in the Nile Delta was founded paying homage to him, Alexandria. This city became a symbol of Hellenism and Hellenization in Egypt. In this dynamic of interaction/domination, the material culture has proved to be a great source of information that remained long neglected, to the detriment of textual documentation. In this article, I highlight coinage and how coins were used beyond their economic value, since their monetary traits contain advertising and symbols, a figurative language – as documents that might inform about different aspects of a society, be they political or governmental, juridical, religious, symbolic and aesthetic.

Keywords: hellenization, Egypt, Alexandria, interactions, numismatics.

1. Um olhar histórico

Segundo Marc Bloch: “O bom historiador se parece com o ogro da lenda. Onde farejacarne humana, sabe que ali está a sua caça” (BLOCH, 2001: 54). O elevado *apetite*, traduza-se busca pela documentação, sendo um dos momentos mais importantes da pesquisa. Os documentos precisam ser analisados com rigor, seriedade epistemológica e referencial teórico-metodológico.

Cabe ainda uma importante observação ao profissional da história em sua produção historiográfica, o de separar história e passado. Segundo Jenkins (2001), a história e o passado estão distantes tanto na temporalidade quanto na espacialidade; o que evidencia a cisão entre passado e história ocorre na impossibilidade de recuperar a exatidão da intencionalidade dos personagens, assim como dos fatos. Também não se pode afirmar que a história é o registro dos fatos que se sucederam, pois os acontecimentos registrados seguem o entendimento de quem os narrou e interpretou. A documentação não é reprodução do real, ou seja, o documento não é, exatamente, o reflexo de um fato, e sim, um meio de acesso aos acontecimentos e personagens que se põe a pesquisar. A História, enquanto discurso, se encontra numa categoria diferente daquela na qual o passado está. A maneira a qual o historiador busca entender o passado é crucial para determinar as diferenças entre conhecimento histórico e abstração ficcional. A documentação é idealização de seus autores; toda a documentação precisa ser problematizada com intuito de extrair ao máximo o que elatem a oferecer, inclusive as omissões, acréscimos e interpolações dos autores.

2. Problematizando o helenismo

Chevitarese e Cornelli em *Judaísmo, Cristianismo e Helenismo* apontam as obras de Werner Jaeger *Cristianismo primitivo e paidiea grega* e a de Arnaldo Momigliano *Os limites da helenização grega, céltica, judaica e persa*, como clássicas no campo historiográfico e reconhecem o mérito para o entendimento do helenismo, porém destacam problemas que podem ser apontados em três grupos: (i) Jaeger ignorou a cultura material, Momigliano ao utilizá-la, a faz para confirmar a documentação escrita, (ii) utilização de estudos antropológicos submetidos a um segundo plano, (iii) a ação do tempo – novas pesquisas, no exterior e no Brasil, têm ampliado os estudos de encontros culturais, que estabelecem o contraditório em determinados pontos de vista em relação a Jaeger e Momigliano (CHEVITARESE; CORNELLI, 2007: 18-19).

Tanto as monarquias helenísticas (selêucida e ptolomaica), quando os governos republicanos e principado romano admitiram concessões para as diversas culturas submetidas aos domínios políticos e militares. [...] os impérios selêucidas e romano, em contato com as diferentes culturas inseridas nos seus domínios territoriais, reproduziram de maneira distinta nas suas inúmeras partes, já que os processos de interações culturais ocorridos no interior de seus domínios devem ser entendidos como uma via de mão dupla. Implica dizer que a dinâmica reprodutiva dos impérios selêucidas e romano era também responsável pelas variações que eles conheceram ao longo do tempo e do espaço(CHEVITARESE; CORNELLI, 2007: 22-23).

Analisar as interações polarizando centro/periferia e aceitando uma aculturação total, constrói-se um Império com uma dominação ampla e irrestrita, subjugando e impondo aos dominados todo o seu querer. Essa construção teórica não se sustenta, ao contrário, pois: (i) os contatos entre dominador e dominados estabelecem em cada local uma singularidade de dominação, (ii) os poderes coloniais de dominação não são irrestritos, (iii) existe um intercâmbio/interação cultural. Nesse sentido, para Chevitarese e Cornelli, a difusão da cultura grega e romana é marcada pela heterogeneidade, pluralidade e variedade das culturas locais.

3. Após a morte de Alexandre, o Grande

Depois da morte de Alexandre em 323 aEC (antes da Era Comum), seus generais diádocos – diádocos, ou seja, os sucessores), não tiveram a habilidade para continuar sua política unitária, gerando um desmembramento do Império em três grandes dinastias: (i) Selêucidas (fundado por Seleuco I), que dominava, aproximadamente, um território que se estendeu da Ásia menor (da Síria) até Penjab, (ii) Lágidas (fundada por Ptolomeu, filho de Lagos), estabeleceu sua autoridade sobre o Egito, Cirenaica, Chipre, algumas das Cíclades (um grupo de ilhas no norte do mar Egeu) e alguns territórios da costa meridional da Ásia Menor, (iii) dos Antigônidas (descendentes de Antígona Monoftalmos) se instalou na Macedônia e exerceu hegemonia em parte das costas gregas e em algumas ilhas. Além disto, em 280 aEC, o comandante da cidade de Pérgamo, Fileteiros, proclamou sua independência em relação aos Selêucidas, lançando na Ásia Menor as bases de um novo reino governado pela Dinastia dos Atálidas (SAULNIER, 1987: 16).

4. Helenização do Egito: o caso de Alexandria

Segundo nos informa André Paul⁶, no ano 336 aEC, Alexandre sucedeu seu pai Felipe II, no trono da Macedônia. Passados dois anos declarou guerra ao Império Aquemênida. Novamente passados dois anos, ou seja, em 332 aEC,

Alexandre atravessou o litoral oriental do Mediterrâneo e, passando pela Judeia, foi da Síria ao Egito, dominando-o. Neste contexto, o Egito estava sob domínio persa. Alexandre, o Grande venceu o rei persa Dario III e os egípcios aceitaram-no, aclamando-o como libertador. Já havia colônias gregas no Egito, portanto os gregos não eram desconhecidos (1983: 17-18).

Em 331 aEC, a cidade que levaria o nome de Alexandre é fundada – Alexandria – no Delta do Nilo, sobre um antigo povoado de pescadores. Local estratégico, pois geograficamente estava protegido das variações do rio Nilo, porém próximo ao rio, que viabilizaria a facilidade das trocas comerciais e interações culturais. O lugar escolhido ficava em frente a uma ilha chamada *Faros*, que com o tempo e as múltiplas melhorias que ocorreram, ficaria unida por um longo dique à cidade de Alexandria.

Ao vencer os persas, Alexandre e seu exército não apenas levaram a cultura grega para o Oriente Próximo, bem como plantaram a semente do helenismo, o qual se desenvolveu no período helenístico de fins do século IV ao final do I a.C., e a ele sobreviveu, de modo que o helenismo foi a principal manifestação cultural da porção oriental do Império Romano, portanto estendeu-se até o ano 395 d.C., que para boa parte da historiografia marca o fim do período romano e o início do bizantino (LOBIANCO, 2010: 2).

A conquista greco-macedônica do Egito, em específico a Alexandria, fundada às margens do Mediterrâneo e na extremidade ocidental do Delta do Nilo representa o binômio Alexandria – Helenismo e o florescimento da cultura helenística no Egito. Alexandria foi a capital do Reino Helenístico Ptolomaico de 306 a 30 aEC.

Os habitantes de Alexandria eram em sua maioria gregos, também havia uma colônia judaica e um bairro de pecadores egípcios, área pobre e abandonada. Alexandria se converteu no centro da cultura grega na época helenística e contribuiu ao ser a cidade-satélite de onde irradiou a cultura helênica para todo o Egito¹.

A força do helenismo e helenização no Egito já eram visíveis na pessoa de Alexandre da Macedônia, podendo ser observado sua representação nas amoedações – iconografia numismática. “O helenismo alexandrino destoava, consideravelmente, mas não totalmente, do restante do Egito, ainda fortemente influenciado pela cultura faraônica – tanto durante o reino helenístico dos

¹ Lugares de Termópilas = Alexandria. Disponível em: <<http://mitologiaecivilizgrega.blogspot.com/2009/11/lugares-de-termopilas-alexandria.html>>. Acessado em 27/11/2021.

Lágidas, quanto sob o domínio romano” (LOBIANCO, 2010: 4).

A moeda na antiguidade era feita de um metal precioso (valor intrínseco) e constitui um meio prático de conservar e transferir riquezas (CARLAN, 2012). A cunhagem monetária associada ao retrato e a propaganda configurava em: (i) importante instrumento para estabelecer a datação de documentos e eventos, (ii) os traços imagéticos possuem elevada informação simbólica e metafórica (FARIA, 2016: 15). As ideologias normalmente utilizam símbolos culturais para encobrir as relações de desigualdade e dominação, servindo para legitimar os interesses de um grupo no poder. A representatividade gráfica monetária ocorre em contextos que a sociedade ao qual a moeda é circulante estabelece signos de comunicação a ser compartilhado pelo grupo, para que seu significado seja compreendido. Estabelecem-se padrões e convenções sociais para leitura e entendimento; não são quaisquer imagens, elas são frutos de cenários específicos elevando em conta os personagens sociais (FARIA NETO, 2017: 115).

Tal análise, como a empreende Eco, leva-o a afirmar que representar iconicamente um objeto significa transcrever, através de artifícios gráficos, as propriedades culturais - convenções sociais, portanto - que lhe são atribuídas. Uma cultura, ao definir seus objetos visuais, remete a códigos de reconhecimento que indicam traços pertinentes caracterizadores do conteúdo. Um código de representação icônica estabelece quais os artifícios gráficos correspondentes aos traços do conteúdo, ou, com maior exatidão, aos elementos considerados pertinentes, os quais são fixados (selecionados) pelos códigos de reconhecimento. [...] Um esquema gráfico reproduz as propriedades relacionais de um esquema mental. Os traços pertinentes do conteúdo fixados pelo código são de ordem óptica (codificação de experiências anteriores de percepção), ontológica (propriedades perceptíveis culturalmente selecionadas) e puramente convencional (convenções iconográficas difundidas) (CARDOSO, 1997: 211).

Precisa haver uma decodificação cultural, para que a dimensão simbólica da cultura material seja entendida. A numismática insere-se nessa proposta, pois através das moedas podem se resgatar traços culturais mediante análise dos símbolos monetários. A utilização monetária como ideologia e símbolo assumem “novos valores funcionais. Os significados culturais, sobrecarregados pelo mundo, são assim alterados. Segue-se então que, se as relações entre as categorias mudam, a estrutura é transformada” (SAHLINS, 1990: 174). Para Salhins, a palavra estrutura assume um conjunto de categorias sociais, um sistema de diferenças, sendo assim, plural. A transformação de uma cultura é a reprodução dessa cultura. Ao incorporar elementos simbólicos às análises monetárias gesta-se uma mudança em sua

gênese ideológica, que é o valor intrínseco monetário. Agora, outros elementos se fazem presentes. Forma-se a análise binária de transformação / reprodução analisada por elementos culturais e abordagem simbólica. A transformação assume, nesse sentido, o paradigma de inovação atribuindo novos valores, que ao mesmo tempo, reproduz categorias tradicionais. A moeda em sentido ideológico e simbólico não exclui seu sentido econômico, ao contrário, o reproduz (FARIA NETO, 2017: 117).

Após a divisão do império, Ptolomeu foi o primeiro a fazer cunhagem monetária com o busto de Alexandre. Sua representação tem como função de clamor do novo governante pela legitimidade de suas leis sobre o Egito.

Imagem 1: Alexandre assemelhado a Hércules



No anverso: busto de Alexandre (assemelhado com Hércules) virado à direita² ¹⁶, coberto com a típica pele de leão. No reverso: Zeus sentado, virado à esquerda, segurando cetro na mão esquerda e com águia na mão direita. Paralelo ao cetro se encontra a inscrição de titulação. À frente, símbolo não identificado. É comum nas moedas com representação de Alexandre, no reverso ter presença divina. Hércules nesse contexto é encarnado pelo próprio governante, ele tem todas as características do semideus e ainda descende de sua linhagem, tentando mostrar assim que sua aptidão para governar está nas suas origens. No reverso está Zeus, considerado o deus dos deuses e pai do semideus em questão. Há uma linguagem marcadamente política fornecendo legitimação de poder (FARIA, 2016: 62).

Imagem 2: Alexandre com escalpo de elefante

² A descrição monetária dar-se-á mediante a perspectiva do observador.



No anverso: Alexandre com escalpo de elefante virado à direita. No reverso: Atena virada à direita com um capacete ateniense, escudo na mão esquerda e lança na direita. A amoedação constrói uma narrativa de força e proteção divina. Porém, ultrapassa essa dimensão simbólica, pois essa cunhagem é datada de, aproximadamente, 315-311 aEC. Seu objetivo não é retratar Alexandre como um indivíduo, mas sim para explorar a sua lenda e potencial ideológico como um instrumento dos interesses próprios de Ptolomeu.

Não é a utilização da figura pura e simples de Alexandre, que terá lugar no início dos reinos Helenísticos, e sim, a utilização de sua imagem divina e o potencial ideológico que isso irá trazer, fornecendo aos novos governantes a legitimação necessária que eles estão buscando. Todos se consideraram em algum momento herdeiros legítimos do trono deixado por ele e a utilização de sua representação nesse momento ajudará nisso (FARIA, 2016: 75-76).

A cultura monetária é indissociável de seu contexto e tornou-se elemento constitutivo das relações humanas. A materialidade nas sociedades humanas e suas interações com as relações sociais são analisadas não apenas por arqueólogos, mas também pesquisadores das ciências sociais e humanas, antropologia cultural, geografia, psicologia, semiologia, museologia etc., afinal, o estudo da materialidade transcende a dimensão arqueológica enquanto ciência (LIMA, 2011: 12). As moedas, as escolhas de seus aversos e reversos são manifestação de ideologia e difusora de símbolos, suas imagens monetárias não são apenas um reflexo da cultura, mas a constitui de forma ativa, como agente transformador, estabelecendo relações dialéticas e dialógicas. As amoedações não são simplesmente reflexos sociais, e sim um meio pelo qual

as relações sociais são reproduzidas, legitimadas e transformadas (FARIA NETO, 2017: 118).

5. Considerações finais

A documentação, textual e material, da reconstituição de um período antigo é escassa. As informações revestem-se de quebra cabeças, cabendo sua análise, problematização e resgate de memória. Ainda, respeitando a natureza de cada documento, que ao manipulá-lo, requer respeito a essa natureza, contexto e finalidade.

Ao pesquisador, cuidado! Evite as armadilhas e anacronismos.

Tona-se crescente e fundamental aos estudos históricos, a utilização da documentação material, perfazendo um conjunto de informações que: (i) dialogam com a cultura textual, (ii) promovem tensão com a documentação textual, (iii) fornecem elementos que os textos omitem.

A informação imagética ao ser codificada aciona gatilhos mentais em relação ao ambiente da imagem, de seu observador e sua intencionalidade. A materialidade torna-se indissociável das relações humanas e nessa interação entre objeto e leitor, ambos são influenciados e influenciam.

Bibliografia

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou o ofício do historiador*. Trad. André Telles. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

CARDOSO, C. F. *Narrativa, sentido, história*. Papirus: São Paulo, 1997.

CARLAN, Claudio; FUNARI, Pedro Paulo A. *Moedas: a numismática e o estudo da história*. São Paulo: Annablume, 2012.

CHEVITARESE, André Leonardo; CORNELLI, Gabriele. *Judaísmo, cristianismo e helenismo: ensaios acerca das interações culturais no Mediterrâneo Antigo*. São Paulo: Annablume: Fapesp, 2007.

FARIA, Estela de Melo. *A divinização de Alexandre, o Grande: um estudo de suas cunhagens presentes no Museu Histórico Nacional/ RJ*. Rio de Janeiro, 2016. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016..15

FARIA NETO, Felinto Pessoa de. *Anverso e Reverso, um jogo de símbolos: interações e negociações entre o Império Romano e a província Judaica no contexto da Primeira Guerra Judaica Romana (66-73 EC)*. Rio de Janeiro, 2017. Dissertação (Mestrado em Arqueologia) - Museu Nacional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

JENKINS. *A História Repensada*. Trad. Mário Vilela, São Paulo: Contexto, 2001.

LIMA, Tania Andrade. Cultura material: a dimensão concreta das relações sociais. Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas, v. 6, n. 1, jan./abr.2011.

LOBIANCO, Luís Eduardo. *Alexandria no Egito: a luz do helenismo no antigo Oriente Próximo*. Este artigo deriva-se de uma conferência homônima proferida em 06 de outubro de 2010, no Seminário Representações, Poder e Práticas Discursivas, promovido pelo LITHAM / UFRRJ – Laboratório Interdisciplinar de Teoria da História, Antiguidade e Medievo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, no Auditório do IM - Campus Nova Iguaçu.

PAUL, André. O Judaísmo Tardio. História Política. Tradução de Benôni Lemos. São Paulo: Paulinas, 1983.

SAHLINS, Marshall. Ilhas da História. Trad. Bárbara Sette. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, Editor, 1990.

SAULNIER, Christiane. *A Revolta dos Macabeus*. São Paulo: Edições Paulinas, 1987.

Eletrônica

Lugares de Termópilas = Alexandria. Disponível em:

<<http://mitologiaecivilizgrega.blogspot.com/2009/11/lugares-de-termopilas-alexandria.html>>. Acessado em 27/11/2021.